

Século XVI: globalização do capitalismo, reificação da natureza e a legitimação epistêmica da modernidade

FÁBIO CARDOSO LOPES*

Resumo: A imposição das estruturas de controle e administração pelas nações europeias colonizadoras teve um impacto profundo e duradouro na vida dos povos colonizados, incluindo indígenas e afrodiaspóricos. Essa dominação define os espaços e funções de cada grupo dentro das estruturas de poder autoritárias e violentas, reservando a *priori* certos lugares e funções a ocupantes preferenciais. A proposta deste ensaio teórico é problematizar essa lógica colonial, iniciada no século XVI, que perpetua distinções e subalternidades arraigadas na diferença colonial, agora atualizada na colonialidade. A estrutura metodológica engloba as discussões com o coletivo modernidade/colonialidade, além de outros autores e autoras que problematizam a vinculação e as ressonâncias do período da colonização, que ainda reverberam e impactam diversas vidas. Observamos que a educação colonialista moldou atores e formas de pensar que mantêm um modelo societário beneficiando uma classe específica através de privilégios e exclusões, enquanto a maioria é privada de oportunidades iguais. Esse modelo educativo hegemônico e racista está intimamente ligado aos resquícios da colonização.

Palavras-chave: Modernidade/colonialidade; Epistemologia; Degradação ambiental; Necropolítica; Desigualdade.

16th century: globalization of capitalism, reification of nature, and epistemic legitimation of modernity

Abstract: The imposition of control and administration structures by European colonizing nations has had a profound and lasting impact on the lives of colonized peoples, including Indigenous and Afro-diasporic communities. This domination defines the spaces and functions of each group within authoritarian and violent power structures, preemptively reserving certain places and functions for preferred occupants. The purpose of this theoretical essay is to problematize this colonial logic, initiated in the 16th century, which perpetuates distinctions and subalternities rooted in colonial difference, now updated in coloniality. The methodological structure encompasses discussions with the modernity/coloniality collective, as well as other authors who problematize the linkages and resonances of the colonial period that still reverberate and impact various lives. We observe that colonialist education has shaped actors and ways of thinking that maintain a societal model benefiting a specific class through privileges and exclusions, while the majority is deprived of equal opportunities. This hegemonic and racist educational model is intimately linked to the remnants of colonization.

Key words: Modernity/coloniality; Epistemology; Environmental degradation; Necropolitics; Inequality.



* FÁBIO CARDOSO LOPES é Psicólogo; doutorando e Mestre em Psicologia Social e Processos Institucionais (PPGPSI – UEL); Especialista em Neuropsicopedagogia; Especialista em Educação Especial; Especialista em Psicopedagogia.

Um dedin de prosa ao pé do ouvido (Introdução)

De acordo com Giddens (2003), estamos vivenciando uma globalização transformadora, caracterizada por mudanças profundas que impulsionam o surgimento de diversas abordagens reacionárias em relação aos acontecimentos globais. Nessa direção, a globalização pode ser compreendida como um fenômeno de múltiplas dimensões – política, econômica, tecnológica e cultural – amplamente disseminado pelos meios de comunicação em massa e potencializado pelo aporte financeiro das *Big Techs* em todas as partes do mundo.

A interseção entre globalização e capitalismo revela uma relação mutuamente benéfica que, ao longo dos séculos, moldou a economia global e as estruturas sociais de inúmeras nações. No entanto, essa simbiose não é desprovida de consequências adversas, especialmente quando examinamos a moral do capitalismo e seu impacto devastador sobre o meio ambiente. A busca incessante por lucro e expansão (crescimento econômico) gera uma exploração desenfreada dos recursos naturais, resultando em uma degradação ambiental sem precedentes.

Dito isso, se não mudarmos nossa forma de viver, aprender, trabalhar e nos relacionar, enfrentaremos desafios crescentes que ameaçam a sustentabilidade do nosso planeta e da vida.

A educação, nesse contexto, deveria ser um catalisador para a transformação, proporcionando uma experiência de alteridade que amplia as fronteiras do existir e fomenta outras relações entre os vivos e o meio circundante. Isso implica uma abordagem educativa que valorize a diversidade cultural e

promova o diálogo intercultural, permitindo que os indivíduos desenvolvam uma compreensão mais rica e complexa do mundo ao seu entorno. Como Munanga (2005) destaca, somos moldados por uma educação singular, eurocêntrica e colonialista que pode perpetuar preconceitos (além de maneiras predatórias de existência) de forma consciente ou inconsciente. Esse sistema educativo, ao centralizar as perspectivas e valores europeus, diluídos no sistema capitalista neoliberal, contribui para a marginalização de outros saberes e culturas, circunscrevendo a compreensão das múltiplas realidades existentes. Essa limitação não apenas reforça preconceitos, mas também prejudica a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e justa, que saiba respeitar o planeta e a diversidade.

Paralelamente ao elencado, o ensaio investiga o enlaçamento entre a brutalidade e a necropolítica da modernidade ocidentocêntrica, assentadas na moral capitalista de globalização e destruição, em que vidas são sistematicamente avaliadas, hierarquizadas e descartadas com base em interesses econômicos, mercadológicos e políticos. Ao analisar essas dinâmicas, é possível compreender como a modernidade, ancorada em uma lógica de poder, dominação, disciplina e exclusão, perpetua desigualdades e injustiças em escala global. Sobre a ligação implícita entre poder, dominação e disciplina, Max Weber (2000, p. 33, grifos do autor) verifica que o:

Poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade.

Dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis; *disciplina* é a probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem, entre uma pluralidade indicável de pessoas, em virtude de atividades treinadas.

Este ensaio, portanto, busca tecer uma análise crítica das interconexões entre globalização, capitalismo e modernidade, desvendando os mecanismos de poder que sustentam esse sistema hegemônico e suas implicações para o futuro da humanidade e do planeta, mediante a reprodução de um sistema de educação predatória.

Posto isso, para fundamentar a proposta de discussão apresentada, escolhemos um estudo teórico como percurso metodológico, tendo como ponto de partida os autores do coletivo modernidade/colonialidade. A partir dessa base, estabelecemos interlocuções com pesquisadores contemporâneos que analisam as intersecções entre globalização, capitalismo e modernidade. A organização do texto foi dividida em três segmentos.

Na primeira seção, abordamos a vinculação implícita entre globalização e capitalismo, com destaque para as grandes navegações como um fator disseminador da lógica capitalista. Na segunda parte, discutimos a aniquilação da natureza como um componente essencial da difusão moral (antropocentrada) do capitalismo, impulsionada pela incessante busca por produção e lucro. No terceiro bloco, analisamos a perpetuação das práticas brutais originárias da invenção da modernidade eurocêntrica.

Dessa forma, este ensaio se propõe a examinar/problematizar como a moral capitalista justifica a destruição em nome do progresso econômico. Essa lógica não apenas promove um modelo educacional que incentiva a aniquilação e a morte, mas também perpetua modos de subjetivação que estão em consonância com as desmesuras da lógica capital-colonial-moderna-ocidental-cristã. Ao reproduzir essas dinâmicas, o capitalismo molda não só as estruturas sociais e educacionais, mas também reforça as desigualdades e injustiças que permeiam diversas esferas da vida.

O mutualismo entre a globalização e capitalismo.

A globalização, como discorre Quijano (2005), é um fenômeno proveniente da expropriação das Américas articulada à disseminação do modelo capitalista colonial/moderno, acarretando na centralização da Europa mediante o processo de colonização (controle aplicado à força de trabalho, recursos, produtos e aos estilos de existir/viver imersos na modernidade). Neste enquadre, Miglievich-Ribeiro (2012, p. 45) salienta que a história da globalização “[...] coincide com a era da exploração e da conquista europeias e com a formação dos mercados capitalistas mundiais”. A expansão do domínio territorial, advinda da disseminação da colonização, foi o marco inicial da ideia de globalização por intermédio do aprimoramento das redes complexas de dependências estabelecidas entre a matriz e as colônias, que ultrapassam a economia, se espalhando para a administração política, controle bélico e relações sociais.

Como apontam Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 17), “[...] o colonialismo foi a condição sine qua non de formação não apenas da Europa, mas da própria modernidade”. Sob essa ótica, a expansão colonial foi uma força propulsora para a imposição da lógica “europeizada” de funcionamento da modernidade através da disseminação e globalização da categoria de capitalismo como controle hierarquizado do trabalho e de seus equivalentes ordenados pelo capital.

Em outras palavras, Quijano (2022, p. 4-5) atesta que essa:

[...] categoria de capitalismo está referida ao conjunto da articulação estrutural de todas as formas historicamente conhecidas de controle do trabalho ou exploração, escravidão, servidão, pequena produção mercantil independente, reciprocidade e salário. Tais formas de controle do trabalho se articularam como estrutura conjunta em torno do predomínio da forma salarial, chamada capital, para produzir mercadorias para o mercado mundial. O capital é uma forma específica de controle do trabalho que consiste na mercantilização da força de trabalho a ser explorada.

Neste raciocínio, o mencionado autor enfatiza que esse “[...] capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado” (QUIJANO, 2005, p. 110). Em sua forma original, o capitalismo emerge como instância de controle e exploração do trabalho regida pelo salário, visando à produção de mercadorias. De acordo com Rougier, Colin e Passarin (2021, p. 153), “[...] o capitalismo colonial/moderno, enquanto regime de poder historicamente determinado, funda sua operacionalidade sobre uma matriz epistêmica dada: a

colonialidade”. O capitalismo se corporifica através do colonialismo, sendo impulsionado pelas grandes navegações, invasões - disseminadas no século XVI – viabilizando o estabelecimento de uma complexa rede de comércio entre a matriz e as colônias. Essas relações estavam apoiadas nas divisões do trabalho e nas operações de poder efetuadas entre os colonizadores e os colonizados, operacionalizadas pela instituição do capital. No que diz respeito ao século XVI, Braudel (1987, p. 19-20) considera que:

[...] O desenvolvimento pujante desse século tão ativo seria, em última análise, a exuberância de um último patamar, de uma superestrutura e, ao mesmo tempo, a proliferação dessa superestrutura, que é inchada agora pelas chegadas de metais preciosos das Américas e, mais ainda, por um sistema de trocas que faz circular rapidamente uma massa de papel e de crédito.

Os lucros oriundos das explorações das colônias (mão de obra e natureza), concomitantemente ao respectivo investimento no aumento da produtividade, fomentaram o domínio de técnicas extrativas, cada vez mais refinadas, elaboradas e aperfeiçoadas pelo conhecimento e desenvolvimento científico. Ampliando esse embate, Grosfoguel (2009, p. 13) argumenta que o “capitalismo historicamente existente” não apresenta características e funcionalidades apenas de um sistema econômico, pois sua configuração compreende, principalmente, um “sistema hegemônico” produzido por uma ampla rede variada e hierarquizada globalmente de diferenças assimétricas e exploração, como sua razão de ser e existir. Seu núcleo central de funcionamento está sedimentado na transcendência das relações

econômicas, de tal forma que seus efeitos abarcam e determinam diversas searas da vida social. Acerca da temática, o filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe (2014, p. 299) salienta que o motor propulsor “[...] primeiro do capitalismo é o duplo instinto, por um lado, da violação ilimitada de todas as formas de interdito e, por outro, da abolição de qualquer distinção entre os meios e os fins”.

Como nos relembra Grosfoguel (2018), esse molde capitalista-colonialista atravessa e perpassa diversas instâncias e dinâmicas das formas de viver (intersubjetivas, identitárias, laborais, raciais, de gênero, sexuais, espirituais, linguísticas, pedagógicas, epistemológicas, ecológicas), engendradas pelas distinções hierárquicas entre superiores (colonizadores) e inferiores (colonizados), demarcando seus espaços e possibilidades de atuação/participação no mercado e na vida. Mediante a análise de Coronil (2005, p. 52), “[...] o colonialismo é o lado escuro do capitalismo europeu; [...] A ‘acumulação primitiva’ colonial, longe de ser uma pré-condição do desenvolvimento capitalista, foi um elemento indispensável de sua dinâmica interna”. O capitalismo estava implicitamente amalgamado pelo colonialismo como um parasita a seu hospedeiro, ou seja, o espraiamento do processo de colonialismo carregava consigo a disseminação e a globalização do capitalismo entretecido à destruição da natureza. Está colocada, assim, a necessidade de transformação – exploração – da natureza em recurso, através da ampliação dos conhecimentos humanos e domínios técnico-científicos disseminados pela globalização.

Em síntese, como argumenta Ramón Grosfoguel (2018), “[...] esse capitalismo é racista, sexista, heterossexista, cristão-cêntrico, ocidental-cêntrico, eurocêntrico, ecologicida, cartesiano, etc” (p. 70). O autor fornece uma análise acerca do dualismo que distingue humanos e natureza, acoplado na cosmovisão ocidentolocêntrica da modernidade produtora das tecnologias do capitalismo, a qual se efetiva como destrutora das existências em proporções globais e calamitosas (GROSFOGUEL, 2016). Se modernidade/colonialidade possuem uma relação simbiótica, podemos inferir que esta relação/equação só é efetiva mediante a inserção de um terceiro elemento, o parasita do capitalismo incrustado no hospedeiro moderno/colonial. A colonialidade é uma lógica brutal de desumanização embutida na modernidade ocidental e alicerçada no capitalismo. Não há como dissociar essa implícita relação, uma vez que cada um desses elementos é condição para a existência do outro. Afora isso, cabe ressaltar que o alvo desse conglomerado modernidade, colonialidade e capitalismo sempre foi a natureza, lida, percebida e manuseada como matéria-prima ou recurso.

A moral do capitalismo e a destruição da natureza.

Nessa medida, o desenvolvimento da tríade tecnologia, capitalismo e globalização é análogo à destruição do meio ambiente. A expansão tecnológica do processo colonialista em diversas áreas da vida (tanto dos colonizados como dos colonizadores) estava articulada à acumulação capitalista primitiva e à globalização das relações entre a matriz e a colônia. A tecnologia prescinde da riqueza e do conhecimento para ser produzida, ao passo que

favorece cada vez mais a exploração. Isto é, na mesma proporção que surge e se desenvolve, destrói a natureza em consequência da retirada de matéria-prima para sua fabricação ou descarte inapropriado de seus resíduos. Nesse cômputo execrável, a globalização funciona como um trampolim para a expansão do capitalismo, que vende a tecnologia como facilitadora da vida, respingando em todo o globo seus resíduos danosos ao meio ambiente e às configurações coletivas da existência.

Como bem afirma Lima (2015, p. 59), isso se deve ao fato de que:

Na contemporaneidade, com os avanços da ciência e das tecnologias da informação, criou-se um sistema de técnicas com um poder de articulação incomparável na história. Tal sistema promove a criação de redes sociotécnicas de alcance planetário, cujo desdobramento é a possibilidade de acesso e interferência instantâneos ao que ocorre em qualquer parte do mundo.

Com base nisso, fazemos um adendo, salientando que existe uma ligação endógena entre técnica, tecnologia e política (SANTOS, 2010), o que permite uma análise macro dos arranjos societários nos quais estamos imersos no contemporâneo. De certo, a compreensão das diferentes sociedades em seus diversos tempos históricos e espaços é oriunda da análise do desenvolvimento e expansão dos aspectos/formatos das suas técnicas, das estruturas de tecnologias e da organização social-política como elementos indissociáveis. Vivemos numa revolução técnico-científica onde não há uma discrepância evidente entre desenvolvimento técnico e progresso científico, mas a sua conjugação afeta e influencia de maneira significativa a vida social (SODRÉ, 2012).

Quanto a isso, podemos pensar que a técnica emerge como um aglomerado de conhecimentos e fatores procedimentais e sociais que permitem a ação do homem sob o meio circundante. Já a tecnologia abarca a sistematização e aplicação do conhecimento científico às emergências da vida prática, determinando os modos de relacionamento que estabelecemos com o entorno social. A política está emaranhada nessa configuração entre a técnica e a tecnologia, pois, como argumenta Milton Santos (2010), corriqueiramente esses instrumentos são capturados e utilizados como recursos políticos. Esses manejos políticos entre a técnica e a tecnologia são resultantes das negociações (conflitos/tensões) e correlações específicas dos jogos de força-poder diluídos nas flutuações de cada período histórico (LIMA, 2015).

Nos arranjos societários orientados pelo capitalismo e pautados na disseminação infundável do capital, o manejo refinado das técnicas e o desenvolvimento das tecnologias, por intermédio do aprofundamento e domínio científico, são fomentados pela geração e acúmulo de capital. Na maioria das vezes, essas instâncias são cooptadas pelas classes dominantes e utilizadas como gestão política na ampliação do excedente e do lucro, fomentado a produção e reprodução da acumulação de modo incessante. A referida acumulação é cada vez menos dependente do tempo e da força de trabalho vivo através dos processos de automação – trabalho morto – que o próprio capital movimenta, além da exploração insaciável de matéria-prima da natureza. Como bem informa Sodré (2012, p. 59):

[...] a técnica está submetida na tecnologia, que se entende como um sistema global de racionalidade capaz de incrementar, com o auxílio da ciência, não apenas o

desenvolvimento material das forças produtivas, mas também de organizar as relações sociais. [...] Em outros termos, a hegemonia da finalidade técnica leva à hipótese de uma sociedade tecnologicamente centrada nos meios, sem fins sociais.

A análise das repercussões e efeitos do colonialismo, enfatizando a produção abissal de disparidades sociais como mote central da disseminação tecnológica e globalização do capitalismo, pressupõe a compreensão de uma agenda de devastação da natureza. O antropoceno, conceito geohistórico, sintetiza esse *ethos* caótico (individualista e utilitarista) que produz um mundo catastrofista embasado no discurso da competitividade, no consumo descomedido das riquezas naturais, no expurgo de vidas alheias à norma, no desmoronamento das instituições tradicionais (direitos e garantias) e no enfraquecimento das intersubjetividades. Concernente ao antropoceno, Maldonado-Torres (2018) expõe que esse conceito “[...] refere-se à época da história mundial em que os seres humanos se tornam os agentes principais da mudança geológica” (p. 36). À medida que seres (des)humanos acreditam que são melhores ou possuem mais valor e importância que outros vivos, aniquilam sem nenhum remorso a terra. Esquecem que a vida em sua plenitude só pode ser vivida solúvel nos encontros com os inúmeros vivos, ou, colocando de outra maneira, o ente humano é apenas um ser entre demais (nem mais, nem menos), imerso num enlaçamento circular de afetações horizontais que unem o todo com o tudo – vinculação simbiótica.

A matriz histórica desse pensamento moral no ocidente (antropocentrado), que foi produzida paulatinamente de forma social e histórica como uma

capacidade individual, consciente e reflexiva de julgamento autônomo, nos remete aos primórdios do judaísmo. Segundo Jessé Souza (2021), sua base fundamental teve início com o judaísmo antigo, posteriormente desenvolveu-se no cristianismo e, após as reivindicações luteranas, se estruturou na revolução protestante. Essas religiões monoteístas (codificadas) contribuíram para o deslocamento das compreensões cósmicas e de ordem natural consideradas místicas ou profanas, denominadas como manifestações pagãs a partir da imposição de uma divindade pessoal com características humanas. Sobre isso, Souza (2021, p. 59) afirma que “[...] a divindade é percebida como uma personalidade humana, ainda que muito mais poderosa, porém com atributos humanos como a vontade e até com qualidades e defeitos humanos como o ciúme e a raiva [...]”. O arcabouço de proibições morais com o intento de abolir certos ritos e controlar o comportamento dos fiéis advém de uma religiosidade ética como tensão moral (consciência moral individual) entre as leis da ordem religiosa e as condutas do mundo profano.

A referida configuração de uma moral única e reguladora da vida baseava seus preceitos normativos na obediência irrestrita e no expurgo das paixões do corpo, visando a salvação da alma. Essas práticas orientam as ações, decisões e todas as demais instâncias daquilo que é considerado humano, dotado de consciência moral e interioridade, perdurando nas sociedades ocidentais a partir do século XVIII, com o advento das ideias iluministas. Esse processo histórico constitui a moralidade assentada no indivíduo humano e racional (consciente de que existe, vive e morre) como mote central, contribuindo para a construção do empreendimento

civilizatório ocidental. Como expressa Souza (2021, p. 63), a “[...] história do Ocidente, naquilo que ela tem de mais importante e relevante, teve sua origem na criação de uma ideia de indivíduo como instância moral refletida e consciente”.

Essa formulação e regulamentação moral e comportamental não estava cerceada a uma distinção ancorada em critérios meramente valorativos ou racionais, sendo que esses critérios foram usados na legitimação posterior desse processo (SOUZA, 2021). O processo civilizatório, sobretudo, estava expresso na distinção e estigmatização do elemento corpóreo, principalmente aquilo que nos aproxima do animal - a bestialidade profunda que nos habita. De fato, o *habitus* dos padrões de comportamento que eram percebidos e considerados como civilizados eram associados ao espírito puro e elevado, o que nos permitiria ensinar, adestrar e domesticar a entidade corpo - instância inferior dotada de desejos animais e paixões selvagens e primitivas. Depreende-se dessa ideia que a virtude e os sentimentos mais elevados estariam associados ao espírito (puro), enquanto a falha moral, a animosidade e a baixa torpe e vil da existência mundana se aproximavam do corpo (grotesco, corrompido) ou da carência de alma (SOUZA, 2021).

Como consequência dessa construção moral e comportamental edificadas na ideia de superioridade racional e espiritual, podemos entender como a dinâmica colonialista de funcionamento foi sendo articulada com a espoliação e destruição da natureza e de seus seres vivos “inferiores” entendidos como o oposto, o diverso e entrave ao desenvolvimento do processo civilizatório diluído no imaginário colonial-capital-moderno-ocidental-

cristão. Não eram somente os habitantes das terras invadidas que eram percebidos como entraves ao desenvolvimento e progresso, mas a própria natureza, num primeiro momento, precisou ser ceifada e, depois, transformada em recursos. O domínio sobre a natureza (percebida como algo externo e desconhecido) também era enaltecido como demonstração do poderio intelectual, desenvolvimentista e civilizador humano – uma forma de aproximar-se de Deus.

Vale ressaltar que, no funcionamento da empresa colonial, como bem frisou Lima (2015), a natureza, lida como caótica, disforme e intempestiva, deveria ser calculada, ordenada e submetida ao processo civilizatório. Sendo assim, a natureza, como desconhecida, selvagem e primitiva, deve ser controlada, dominada, esquadrihada e usurpada em nome (e benefício) do desenvolvimento e progresso humano. Repetidamente, a natureza reificada/coisificada foi transformada em matéria-prima e denominada de modo hediondo como recurso natural, destoante e estranho ao sujeito. A natureza objetificada é percebida como “coisa” extrínseca, impotente/passiva (CORONIL, 2005; ESCOBAR, 2005), sob a qual o humano, dotado de “inteligência” e “superioridade”, agiria com o intuito de satisfazer suas necessidades elementares, transformando a natureza em produtos e riqueza.

Nesse caso, a natureza mercantilizada não possui nenhuma implicação e ligação interna com a manutenção da própria vida e existência dos seres em intersecção simbiótica e homeostática, a não ser para servir a seus propósitos. Isto significa que, na lógica racionalizante e desenvolvimentista, a

natureza é destituída de seu *locus* elementar e de suma imprescindibilidade para a vida de todos os viventes (numa cadeia de influências múltiplas e infundáveis) ao ser transmutada em mero produto. Cabe dizer, seguindo essa linha de pensamento, que há muito tempo estamos em guerra contra a natureza, produzindo efeitos cataclísmicos para o planeta e a vida.

Nesta via, a própria percepção de natureza (assim como a de seus viventes) era cindida e compreendida numa linha verticalizada e hierárquica – humano *versus* natureza. A natureza e os demais seres classificados como inferiores estariam à disposição para sanar as necessidades humanas. Posto isso, essa natureza e seus viventes colonizados e inferiores ao homem euro-ocidental eram classificados como meros corpos-materiais existentes somente na exterioridade como objetos/coisas e, desse modo, deveriam ser dominados e explorados. Essas condutas exploratórias estavam pautadas em “[...] uma dicotomia evidente e verticalizada entre humano, de um lado, e natureza, de outro, estando o segundo (natureza) na condição de colonizada e inteiramente a serviço das necessidades e interesses humanos” (MANSANO; LIMA; NALLI, 2022, p. 18-19).

Como assevera Mignolo (2017, p. 8):

A ‘colonialidade’ envolveu a ‘natureza’ e os ‘recursos naturais’ em um sistema complexo de cosmologia ocidental, estruturado teologicamente e secularmente. Também fabricou um sistema epistemológico que legitimava os seus usos da ‘natureza’ para gerar quantidades maciças de ‘produtos’ agrícolas, primeiro, e quantidades maciças de ‘recursos naturais’ após a Revolução Industrial.

O ideário de domínio, exploração e controle da natureza, baseado no desenvolvimento e sua consequente transmutação em mercadoria, recursos e riqueza, se assenta na compreensão teleológica, utilitarista e pragmática do sistema-mundo eurocêntrico. Neste cenário, a natureza esvaziada de sentido/significado configura-se como um mero recurso e insumo análogo aos povos dominados e colonizados. Na medida em que esses povos eram considerados inferiores, primitivos, ferramentas ou instrumentos que serviam como mão de obra para a bravata desenvolvimentista e progressista (colonial-capital) ou como pobres coitados, submissos à lógica compassiva e benevolente empenhada através das missões civilizatórias e catequizadoras da cristandade (arautos da salvação).

A brutalidade e a necropolítica da modernidade ocidentalocêntrica.

A expansão dos negócios da Europa nas colônias favorecia a disseminação do capitalismo e, sobretudo, o refinamento técnico-científico exploratório da natureza (ESCOBAR, 2005). A junção do controle técnico das formas de produção oriundas da revolução científica, concatenadas ao descarte de vidas, contribuiu para a expansão funcional do capitalismo como um novo tipo de economia-mundo, imbricado na ampliação do conhecimento como desenvolvimento de técnicas e tecnologias de exploração do meio ambiente. Segundo Immanuel Wallerstein, o estabelecimento dessa economia-mundo capitalista (europeia) estava apoiado na sustentação de três colunas centrais:

1. uma expansão com a dimensão geográfica do mundo; 2. o desenvolvimento de métodos diferenciados de controle do

trabalho para diferentes produtos e diferentes zonas da economia-mundo; e 3. a criação de aparelhos de Estado relativamente fortes naqueles que viriam a tornar-se os estados centrais desta economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 1974, p. 45-46).

Concomitante à disseminação desse sistema econômico articulado ao padrão de poder mundial, denominado capitalismo, ordenado nas “[...] formas de controle do trabalho-recursos-produtos (ou relações de produção) [...]”, um outro aspecto notório também é característico desse período, permanecendo ainda recôndito na penumbra (QUIJANO, 2005, p. 117). Melhor dizendo, nas considerações de Mignolo (2017, p. 4):

[...] uma dimensão oculta dos eventos que aconteciam ao mesmo tempo, tanto no âmbito da economia como no do conhecimento: a dispensabilidade (ou descartabilidade) da vida humana, e da vida em geral, desde a Revolução Industrial até o século XXI. [...] ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis.

A celeuma acerca da colonização transpassa a compreensão de qualidade espiritual na qual os ditos superiores (europeus) possuíam alma e os inferiores (não europeus) eram carentes desse atributo. Quer dizer, uma outra distinção mais perturbadora e nefasta pairava como uma densa penumbra no imaginário colonizador atinente à classificação dos povos indígenas, africanos e até as mulheres como não humanos (NOGUERA; DUARTE; DOS SANTOS RIBEIRO, 2019). Essas

diferenciações (humanos e não humanos) estavam amalgamadas à faculdade da razão ocidental (conhecimento/tecnologia/ciência) e a sua falta percebida como uma proximidade exacerbada com compreensões mágicas embasadas pela natureza ou mítico-religiosa, automaticamente, inferiores, subalternas e desvalorizadas. O conhecimento verdadeiro ou válido era aquele produzido nos cânones “norte-cêntricos” pelas línguas modernas e pelos homens ocidentalizados, os quais detinham a legitimidade de produção e disseminação do que era considerado pertinente enquanto saber (GROSFOGUEL, 2016).

A modernidade eurocêntrica foi percebida como desenvolvimento coerente ao plano necropolítico de progresso civilizatório de um modelo expansionista por intermédio de práticas econômicas de interesse mercadológico que acintosamente dispensava vidas e descartava subjetividades. O cerne do seu projeto civilizatório estava atrelado ao ideário missionário cristão (aquele que classifica tudo que fosse considerado irracional, subalterno, periférico, inferior, primitivo, essencialista e sem alma), autorizando o genocídio em massa e o epistemicídio de outros saberes destoantes e divergentes à lógica colonial-imperial da sua fé (civilizatória e desenvolvimentista).

Como nos ensina Alfredo Bosi (1992), o genocídio foi uma prática contumaz da perpetuação da empresa colonial e da efetivação dos seus negócios. Ela teve seu marco inicial com as brutalidades perpetradas contra os Incas e os Astecas, mas mobilizou inúmeros recomeços e continuidades, cada vez mais incrementados, repercutindo na atualização de práticas violentas e

bárbaras naturalizadas nas políticas higienistas do Estado contemporâneo. Diante disso, além do genocídio funcionar como base para a expansão europeia, Boaventura de Souza Santos¹ considera que o extermínio das populações também funcionava como aniquilação dos saberes diversos dos povos assassinados. Como examina o autor, “[...] eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranhas porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos” (SANTOS, 1999, p. 328).

A expansão colonial europeia aniquilou vastos sistemas-mundos e civilizações possíveis. Essa formatação nos impôs a ideia de uma única civilização planetária denominada civilização ocidentocêntrica (GROSFOGUEL, 2018). Por esse motivo, o embuste falacioso de que a modernidade seria um projeto emancipador trazendo progresso e desenvolvimento, e, dessa maneira, encobrendo sua real intenção como um projeto eminentemente civilizador, numa via de mão única e através da violência e disseminação do capitalismo foi uma enorme bravata.

Por falar nisso, Porto-Gonçalves (2006, p. 16) salienta que a “[...] modernidade se constitui no mesmo movimento que constitui a colonialidade”. Ou por outra, nesse percurso sinuoso, modernidade e colonialidade se confundem/fundem como lados opostos da mesma moeda, unidas pelo capitalismo. Partindo desse mesmo pressuposto, Porto-Gonçalves e Quental (2012, p. 9) aludem que o “[...] genocídio e a escravidão, a servidão e a violência, a opressão e o saqueio são, assim, parte constitutiva da modernidade, seu lado oculto, sua

colonialidade”. Os abusos e barbáries, enfim o brutalismo, cometidos em nome do progresso, da suposta superioridade racial e na crença de um Deus único estavam fundamentados e justificados na soberania do poder ilimitado, sem restrições, como uma prática da necropolítica – apoiados na narrativa da benevolência do bem comum e do desenvolvimento civilizatório.

De acordo com a explanação de Oliveira (2018, p. 49), “[...] a expressão da soberania do poder é dada pela capacidade de definição de vidas que importam e que não importam, de quem é dispensável e quem não é”. O mencionado autor atesta que o empreendimento e desempenho da necropolítica “[...] está diretamente vinculado a um lócus – a colônia, o lugar do exercício do ‘poder sem limites’”. Por isso, como atesta Mbembe (2018), a “[...] ‘ocupação colonial’ em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais” (p. 38). O domínio soberano sobre a colônia, pela via do controle espacial e social, justificaria o exercício do poder ilimitado e as brutalidades cometidas contra as vidas dos colonizados.

O riscado até este ponto (Conclusão).

Apoiado pelas discussões realizadas até o momento, observamos que o aparato soberano de controle e administração – globalização, capitalismo e modernidade – implantado pelas nações europeias dominadoras durante a colonização, tem um impacto profundo e duradouro nas diversas esferas da vida dos povos colonizados, atualizado no neocolonialismo. Essa imposição define o acesso e o papel de cada grupo dentro das estruturas de poder hierárquicas, autoritárias e violentas, reservando

¹ Gostaríamos de salientar que não compactuamos com práticas de assédio moral.

certos lugares e funções a ocupantes privilegiados. Assim, a própria gestão do acesso, permanência e persistência dos indivíduos na educação corrobora essas distinções e diferenciações arraigadas nas classificações mencionadas pela diferença colonial, produtora da subalternidade, e agora atualizada na colonialidade.

Ampliando essa discussão, é essencial analisar como a educação serve como um instrumento para disseminar e consolidar esses ideais capitalistas, muitas vezes disfarçados sob a promessa de progresso e desenvolvimento. A educação, sob essa perspectiva, não é apenas um meio de transmissão de conhecimento, mas também um mecanismo de reprodução de poder, onde as estruturas de organização curriculares e metodologias pedagógicas são desenhadas para perpetuar as hierarquias existentes e marginalizar conhecimentos e culturas não hegemônicas.

Além disso, ao explorar a interseção entre globalização, capitalismo e modernidade, este ensaio busca evidenciar como essas forças confluem para criar um sistema global que beneficia uma minoria à custa da exploração e opressão da maioria. A necropolítica, ou a política da morte, torna-se uma ferramenta essencial nesse contexto, onde vidas são sistematicamente avaliadas e descartadas com base em sua utilidade econômica e política.

A transformação do modelo educativo é crucial não apenas para superar os legados da colonialidade, mas também para fomentar uma sociedade mais inclusiva e equitativa, capaz de acolher e valorizar a diversidade e as múltiplas formas de conhecimento e existência. Essa renovação educacional é fundamental para a construção de um

futuro sustentável, onde todas as culturas e formas de vida possam coexistir de maneira harmoniosa e enriquecedora.

Compreender essas dinâmicas reforça a importância de repensar as bases sobre as quais nossas sociedades estão estruturadas. Ao promover uma educação que vá além da reprodução de preconceitos e privilégios, podemos pavimentar o caminho para um futuro onde a justiça social e a sustentabilidade ambiental sejam pilares fundamentais. É urgente que adotemos uma postura crítica e reflexiva em relação aos resquícios coloniais que ainda permeiam nossas instituições, de modo a criar um ambiente mais justo e acolhedor para todos. A educação, quando voltada para a promoção da alteridade e do diálogo intercultural, pode ser um potente instrumento de transformação social, capaz de desafiar e reconfigurar as estruturas de poder existentes.

Em última instância, a análise proposta tenta desvendar os mecanismos através dos quais essas dinâmicas de poder são naturalizadas e legitimadas na sociedade contemporânea. A crítica a essa lógica hegemônica é crucial para imaginar e construir alternativas que enfatizem a pluralidade, a equidade e o respeito pelo meio ambiente. Somente por meio de uma educação crítica, reflexiva e transformadora, podemos desafiar e reconfigurar as estruturas de poder existentes, criando um futuro onde todas as formas de vida e conhecimento sejam valorizadas e respeitadas.

Referências

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, p. 15-24, dezembro 2016. DOI: 10.1590/S0102-69922016000100002. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077> Acesso em: 11 ago. 2024.

BOSI, A. **A dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 400p.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. 109p.

CORONIL, F. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina: Colección Sur-Sur, Clacso, 2005. p. 50-62.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur-Sur, Clacso, 2005. p. 63-79.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Trad. M. L. X. de A. Borges. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 112 p..

GROSFUGUEL, R. Izquierdas e izquierdas otras: entre el proyecto de la izquierda eurocéntrica y el proyecto transmoderno de las nuevas izquierdas descoloniales. **Tábula Rasa**, Bogotá, n. 11, p. 9-29, dezembro 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892009000200001. Acesso em: 15 ago. 2024.

GROSFUGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, janeiro 2016. DOI: 10.1590/S0102-69922016000100003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/> Acesso em: 16 ago. 2024.

GROSFUGUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 62-88.

LIMA, A. B. Considerações teórico-metodológicas acerca de uma psicologia social localizada nos cotidianos. In: HELOANI, R.;

SOUZA, M. B.; RODRIGUES, R. R. J. (Orgs.). **Sociedade em Transformação: estudo das relações entre trabalho, saúde e subjetividade**. v. 2. Londrina: Eduel, 2015. p. 59-72.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 31-61.

MANSANO, S. R. V.; LIMA, A. B.; NALLI, M. As expropriações da vida indígena no Brasil: uma análise biopolítica. **Revista Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, p. 1-24, novembro 2022. DOI: 10.34019/1982-1247.2023.v17.35183. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiae/mpesquisa/article/view/35183> Acesso em: 20 jul. 2024.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Trad. M. Lança. Lisboa: Antígona, 2014. 336p.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad. R. Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018. 144p.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. M. Intelectuais, diáspora e cultura: por uma crítica antimoderna e pós-colonial. **Mouseion**, Uberlândia, v. 1, n. 12, p. 44-55, agosto 2012. DOI: 10.18316/402. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279494519_INTELECTUAIS_DIASPORA_E_CULTURA_POR_UMA_CRITICA_ANTI-MODERNA_E_POS-COLONIAL Acesso em: 10 ago. 2024.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, junho 2017. DOI: 10.17666/329402/2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPx5Zr3yrMjh7tCZVk/> Acesso em: 13 ago. 2024.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 80p.

NOGUERA, R.; DUARTE, V.; SANTOS RIBEIRO, M. dos. Afroperspectividade no ensino de filosofia: possibilidades da Lei 10.639/03 diante do desinteresse e do racismo epistêmico. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 45, p. 434-451, julho/dezembro 2019. DOI:

10.32334/oqnfp.2019n45a693. Disponível em: <https://oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/oqnfp/issue/view/51> Acesso em 15 set. 2024.

OLIVEIRA, D. de. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 39-57, agosto 2018. DOI: 10.11606/extraprensa2018.145010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/145010> Acesso em: 10 set. 2024.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, [online], v. 1, n. 3, p. 5-26, maio 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1344>. Acesso em 14 jun. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur-Sur, Clacso, 2005. p. 107-130.

QUIJANO, A. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 37, p. 4-28, janeiro 2022. DOI: 10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192> Acesso em: 16 set. 2024.

ROUGIER, C. B.; COLIN, P.; PASSARIN, D. V. Do universal ao pluriversal: questões e desafios do paradigma decolonial. **Revista X**, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 148-158, fevereiro 2021. DOI: 10.5380/rvx.v16i1.78171. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78171> Acesso em: 17 set. 2024.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 384p.

SANTOS, M. **Por uma nova globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2010. 176p.

SODRÉ, M. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 160p.

SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021. 304p.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**. Vol. I: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Trad. C. Leite; J. de L. Martins e F. Martins. Porto: Edições Afrontamento, 1974. 410 p..

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Trad. R. Barbosa; K. E. Barbosa; rev. téc. G. Cohn. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 2000, 2009 (reimpressão). 422p.

Recebido em 2024-11-28
Publicado em 2025-09-27